

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Aprovada equiparação dos professores

01/09/2011

Educadores que participaram da marcha sobre o Centro Cívico neste 30 de agosto acompanharam e fizeram a última pressão para que a Assembleia Legislativa do Paraná aprovasse a equiparação salarial dos professores da rede estadual aos demais servidores públicos de nível superior.

A grande conquista foi celebrada nas galerias como coroamento do esforço de mobilização da categoria para reparar uma histórica injustiça. Com isso, será implantada a primeira parcela (3%, para suprir o Piso do Magistério) a partir de setembro, retroativo a julho. A segunda parcela (2,83%) será implantada em outubro.

Para o deputado estadual e ex-presidente da APP-Sindicato, Professor Lemos, essa equiparação é uma vitória, mas ainda há muito a ser conquistado. “Sem dúvida os educadores estão contentes com essa aprovação aqui na Assembleia porém, precisamos avançar mais, não só na questão salarial, mas principalmente no que diz respeito à saúde do educador. Nossa categoria está doente. Em agosto 7mil professores ou funcionários foram afastados por motivos médicos. Nosso sistema de atendimento não é eficiente, precisamos urgentemente mudar isso. Como disse, a categoria está contente, mas não satisfeita”, concluiu o parlamentar.

Segundo a presidenta da APP-Sindicato, Marlei Fernandes de Carvalho, a categoria deverá, até o fim do mandato do atual governo, alcançar um piso de R\$ 2.600,00, por conta do parcelamento do reajuste para a equiparação. “Hoje, qualquer servidor público que ingressa no Estado numa função de nível superior recebe esse vencimento. Porém, um professor, com 40 horas semanais de jornada, tem um piso inicial de R\$ 2 mil”, disse a dirigente.

Votação – Para que fosse votado em dois turnos, o projeto de lei complementar nº 681/11, do Poder Executivo foi apreciado na sessão ordinária e, logo em seguida, foi realizada uma sessão extraordinária, em que foi novamente submetido a votação. Em ambas, a aprovação foi unânime: 45 votos na primeira votação, 40 na segunda.

Dispensada de redação final, a proposta segue para sanção do governador. A tramitação foi bastante célere: a mensagem havia sido lida em Plenário na última segunda-feira, entrou na pauta da CCJ desta terça-feira, e assim também na pauta da Comissão de Finanças, seguindo, imediatamente, para apreciação em Plenário.

A sessão da assembleia, convertida em comissão geral, transformou-se num espaço de debates das demandas dos trabalhadores da educação no Estado. Os deputados mostraram desaprovação à política do governo do Estado em juntar turmas e aprovaram uma indicação do deputado Professor Lemos (PT) ao governo do Estado a cessar esta política.

Também foi aprovado no plenário, manifestação de votos de louvor aos educadores pela passagem, do dia “30 de Agosto – Dia de Luto e Luta”, proposta também pelo Professor Lemos.

Assessoria do Mandato e APP